Flávio Bolsonaro, a crise do lulismo e os limites da resistência popular

Notas para uma interpretação marxista da conjuntura brasileira

Ensaio de conjuntura — 12 de outubro de 2026

Ainda que estejamos no calor dos acontecimentos, há momentos históricos nos quais a reflexão crítica precisa interromper o ritmo frenético das notícias e das disputas imediatas para examinar com maior profundidade o movimento real da sociedade. A conjuntura brasileira nos coloca diante dessa necessidade imperativa, sobretudo quando as possibilidades de agravamento dos conflitos políticos alcançam dimensões que estão para além do calendário eleitoral. A luta pela emancipação humana, compreendida como superação das relações sociais fundadas na exploração do trabalho assalariado e na divisão da sociedade em classes antagônicas, pressupõe a organização coletiva dos trabalhadores e o conhecimento das condições históricas que sustentam sua subordinação ao capital. Pensar a conjuntura representa, nesse sentido, uma atividade vinculada à prática social, às experiências de resistência e à elaboração de alternativas capazes de enfrentar os fundamentos materiais da dominação burguesa.

Esta análise é parte de um trabalho intelectual e político coletivo, que depende do confronto entre diferentes interpretações, pesquisas e experiências sociais. Meu objetivo é compartilhar uma elaboração ainda aberta, submetê-la à crítica e contribuir para um debate que se desenvolva para além dos limites deste ensaio e da minha perspectiva particular. Dito isso, adentremos ao debate.

Arthur Moura
Niterói, 2026

Introdução

O resultado do primeiro turno das eleições presidenciais de 2026 colocou a sociedade brasileira diante da possibilidade concreta de uma nova vitória da extrema direita. Flávio Bolsonaro recebeu 47,03% dos votos válidos, contra 45,16% de Lula, uma diferença de aproximadamente 2,2 milhões de votos. As primeiras pesquisas do segundo turno confirmaram a vantagem do candidato do Partido Liberal, embora o resultado ainda esteja indefinido. O Datafolha registrou 52% contra 48% dos votos válidos, enquanto o levantamento Ipespe/Abrapel, divulgado neste 10 de outubro, apresentou Flávio com 52,7% e Lula com 47,3%. A eleição ocorrerá no dia 25 de outubro de 2026, mas a gravidade da conjuntura recomenda reconhecer desde agora a possibilidade de que o Brasil seja governado novamente pelo bolsonarismo, desta vez sob condições políticas e institucionais distintas daquelas existentes em 2018.

A comparação com as eleições de 2018 acrescenta elementos importantes para compreender a gravidade do cenário atual. Naquele ano, Jair Bolsonaro venceu Fernando Haddad, candidato que substituiu Lula depois do impedimento judicial de sua candidatura, com 55,13% dos votos válidos no segundo turno, contra 44,87% do representante petista. A vitória ocorreu num ambiente de crise institucional, desgaste do Partido dos Trabalhadores e reorganização das forças conservadoras, que encontraram no bolsonarismo uma alternativa para ampliar sua influência política. Quatro anos depois, em 2022, Lula retornou à Presidência com 50,90% dos votos válidos, contra 49,10% de Jair Bolsonaro, numa disputa marcada pela intensa polarização política, consequências sociais da pandemia e uma ampla frente eleitoral que reuniu diferentes setores políticos em oposição à continuidade do governo. A pequena diferença entre os candidatos, de aproximadamente 2,1 milhões de votos, demonstrou a persistência de uma expressiva base social conservadora, apesar do desgaste provocado pela experiência governamental bolsonarista e dos conflitos institucionais acumulados naquele período. A derrota nas urnas foi seguida pela radicalização de setores da extrema direita, que contestaram o resultado eleitoral e participaram de iniciativas de ruptura institucional, culminando nos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023.

Oito anos depois da primeira vitória de Jair Bolsonaro, a extrema direita alcança novamente o segundo turno, desta vez com Flávio Bolsonaro diante de Lula, após um

período marcado pelas consequências judiciais da tentativa de golpe de Estado [1](que ainda assim não responsabilizou todos os envolvidos, apenas, digamos, o "testa de ferro"). A capacidade eleitoral do bolsonarismo evidencia a profundidade de suas relações sociais e políticas diante das dificuldades do governo petista para ampliar sua base de apoio e enfrentar as condições históricas que favoreceram a expansão da extrema-direita.

1. A crise da Nova República e os limites históricos do lulismo

A vitória de Jair Bolsonaro em 2018 encontrou condições favoráveis na crise política aberta durante a década anterior. O esgotamento dos mecanismos de conciliação que sustentaram os governos petistas comprometeu sua capacidade de administrar os conflitos sociais e preservar as alianças estabelecidas entre diferentes setores da burguesia. As manifestações de Junho de 2013 evidenciaram contradições que escapavam aos limites tradicionais da representação partidária, mas a diversidade de interesses presentes naquele movimento também demonstrou a ausência de uma direção política capaz de unificar o descontentamento popular em torno de um projeto de transformação social.

O agravamento da crise econômica a partir de 2014 e a intensificação das disputas entre frações das classes dominantes favoreceram a reorganização conservadora, que encontrou na ofensiva contra o governo Dilma Rousseff e na instrumentalização política do combate à corrupção instrumentos eficazes de mobilização social. Em conjunturas de crise, a reação burguesa frequentemente encontra na identificação de inimigos políticos um recurso para atribuir a determinados governos, partidos ou indivíduos a responsabilidade por contradições presentes na dinâmica da acumulação capitalista, alimentando a expectativa de que a substituição dos dirigentes políticos seria suficiente

[1] A responsabilização judicial pela tentativa de golpe de Estado alcançou integrantes importantes da cúpula político-militar do governo Jair Bolsonaro, incluindo os generais Walter Braga Netto, Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira, o almirante Almir Garnier, o ex-ministro Anderson Torres, o ex-diretor da Abin Alexandre Ramagem e Mauro Cid, além do ex-presidente, condenado a 27 anos e três meses de prisão. Ao final dos julgamentos dos quatro núcleos principais, em dezembro de 2025, o STF havia condenado 29 acusados e absolvido dois. Entretanto, essas condenações não desarticularam as organizações políticas, as relações empresariais e as bases sociais que sustentam o bolsonarismo, sendo que principal partido, o PL, ampliou expressivamente sua representação parlamentar nas eleições de 2026. A contradição evidencia os limites da responsabilização criminal individual diante de um movimento político enraizado nas próprias instituições republicanas e articulado a setores das classes dominantes, preservando condições para disputar novamente a direção do Estado, inclusive com a perspectiva de rever politicamente os efeitos das condenações.

para solucionar os problemas estruturais da sociedade[2]. A construção desses espantalhos políticos integra os mecanismos ideológicos de preservação da ordem, mediante os quais o descontentamento produzido pela deterioração das condições materiais de existência pode ser canalizado contra adversários específicos, enquanto as relações sociais responsáveis pela reprodução periódica das crises continuam relativamente protegidas do questionamento público. No Brasil, a responsabilização do PT pela crise econômica e moral do país cumpriu um papel nesse processo, embora os governos petistas também estivessem implicados na administração das contradições do capitalismo brasileiro, circunstância que evidencia os limites de uma interpretação restrita à disputa entre representantes políticos das diferentes frações burguesas. A extrema direita desenvolveu nesse ambiente capacidade de organização e intervenção ideológica, articulada a setores empresariais, religiosos e políticos que identificaram no bolsonarismo uma alternativa para enfrentar a crise de legitimidade das instituições e radicalizar a ofensiva contra os trabalhadores.

O governo Bolsonaro aprofundou e radicalizou conflitos históricos da sociedade brasileira ao explorar as condições políticas e institucionais favoráveis à implementação de medidas autoritárias, expressas nos ataques às universidades, na hostilidade contra movimentos sociais e intensificação do discurso militarista em articulação com políticas econômicas favoráveis ao capital e uma condução desastrosa da crise sanitária[3]. As centenas de milhares de mortes registradas durante a pandemia é parte fundamental dessa

[2] As contradições entre as organizações conservadoras também se manifestam nas disputas contemporâneas pela direção política da direita brasileira. O Movimento Brasil Livre (MBL), que desempenhou papel destacado na ofensiva contra o governo Dilma Rousseff, encontra-se atualmente em conflito com a hegemonia bolsonarista. Após sua derrota no primeiro turno de 2026, Renan Santos, uma das principais lideranças do movimento, recusou apoio à candidatura de Flávio Bolsonaro e sinalizou disposição para dialogar com setores da esquerda, embora tenha descartado apoio eleitoral a Lula. O episódio evidencia a instabilidade das alianças conservadoras e os conflitos entre organizações que participaram de uma mesma ofensiva política, mas desenvolveram interesses próprios na disputa pela representação institucional e influência social.

[3] A atuação do governo Jair Bolsonaro entre 2019 e 2022, sobretudo durante a pandemia de covid-19, foi objeto de sucessivas denúncias e investigações. Em junho de 2021, a Câmara dos Deputados acumulava 122 pedidos de impeachment, enquanto a CPI da Pandemia, concluída em outubro daquele ano, recomendou a responsabilização criminal do presidente por diferentes condutas relacionadas à crise sanitária. O STF também instaurou investigações durante seu mandato, mas essas iniciativas não resultaram em seu afastamento, e Bolsonaro continuou na Presidência até dezembro de 2022. Sua condenação criminal pela tentativa de golpe de Estado ocorreu somente em setembro de 2025. O episódio demonstra os limites políticos e institucionais da responsabilização de dirigentes do Estado quando a continuidade governamental encontra sustentação parlamentar e apoio de setores das classes dominantes.

experiência histórica, diante das responsabilidades governamentais associadas à disseminação de informações falsas e à resistência contra medidas de proteção coletiva.

A derrota eleitoral de 2022 limitou a capacidade política do bolsonarismo naquele momento, mas os anos seguintes houve avanço como movimento organizado. A responsabilização de Jair Bolsonaro pela tentativa de ruptura institucional produziu consequências jurídicas e modificou suas condições de atuação. Entretanto, a prisão do ex-presidente não comprometeu a capacidade eleitoral da extrema direita, que com o aumento da influência encontrou continuidade por intermédio de outras lideranças e estruturas políticas. A crise do lulismo manifesta-se diante dessa capacidade de reorganização conservadora.

O Partido dos Trabalhadores nasceu de experiências importantes de organização operária, mobilização sindical e contestação política durante a ditadura e o processo de redemocratização. Entretanto, sua consolidação como força governamental reforçou relações com a administração estatal e estabeleceu compromissos econômicos e políticos que limitaram as possibilidades de transformação estrutural da sociedade brasileira. Os governos Lula produziram melhorias materiais efetivas para parcelas expressivas da população e ampliaram determinadas políticas sociais, mas preservaram fundamentos centrais da economia capitalista brasileira. A política de conciliação entre interesses antagônicos, historicamente vinculada à trajetória petista, encontrou condições favoráveis durante o ciclo de valorização internacional das commodities e expansão das exportações brasileiras para a China (2003-2011), que impulsionou o crescimento econômico, a arrecadação estatal, o crédito e o consumo interno, sustentando compromissos entre diferentes frações da burguesia e concessões materiais aos trabalhadores, enquanto a desaceleração econômica e a deterioração das condições internacionais de acumulação comprometeram progressivamente as bases materiais desse pacto, expondo os trabalhadores às contradições estruturais do capitalismo brasileiro.

O problema contemporâneo tem consequências adicionais. A manutenção do lulismo como principal referência política do campo progressista deixa claro a dependência em relação à liderança individual de Lula, que se consolidou ao longo de um processo histórico de lutas sociais e disputas institucionais e que não resultou no desenvolvimento de organizações populares independentes com capacidade equivalente de mobilização nacional. Pelo contrário. O que houve foi um processo que acentuou a burocratização tornando a distância com as bases sociais ainda maior. A defesa da

governabilidade interfere nas relações entre partidos, sindicatos e movimentos sociais, sobretudo quando a radicalização de determinados conflitos contraria compromissos estabelecidos com setores empresariais ou representantes parlamentares conservadores.

Essa relação contraditória com a mobilização popular encontra um exemplo significativo na comparação entre Junho de 2013 e a atual conjuntura eleitoral. Naquele período, manifestações inicialmente organizadas contra o aumento das tarifas de transporte desencadearam uma ampla contestação social, enfrentaram violenta repressão policial e foram submetidas a sucessivas tentativas de criminalização, enquanto o governo Dilma Rousseff subordinava sua resposta política à preservação da ordem institucional e à incorporação das reivindicações numa agenda governamental de conciliação. Treze anos depois, diante da possibilidade de derrota eleitoral de Lula, a mobilização popular é central no discurso das mesmas forças políticas que historicamente demonstraram dificuldades para conviver com movimentos independentes de contestação social. Entretanto, o chamado presidencial às ruas encontra limites na trajetória dessas organizações, que por estar vinculado à administração estatal enfraqueceu sua capacidade de intervenção cotidiana entre parcelas importantes dos trabalhadores.

A adesão de estudantes, professores e militantes à defesa da reeleição contrasta com as dificuldades de mobilização autônoma dos setores mais precarizados da classe trabalhadora, sendo essa uma contradição histórica; a convocação eleitoral pode reunir multidões em defesa de um governo, mas a construção de uma força social independente depende de relações organizativas, experiências coletivas e conflitos que se desenvolvem muito além das circunstâncias imediatas de uma eleição.

A esquerda institucional frequentemente demonstra grande capacidade de mobilização diante de ameaças à permanência de Lula no Executivo, mas têm dificuldades para sustentar conflitos relacionados à exploração do trabalho e às condições materiais de existência da população. Tem-se, portanto, a centralidade da preservação governamental em sua concepção de defesa da democracia e a posição subordinada atribuída à organização independente dos trabalhadores. A devoção à liderança presidencial agrava esse processo quando transforma a crítica ao governo em ameaça à unidade política do campo progressista. O reconhecimento das conquistas sociais produzidas durante os governos petistas não elimina a necessidade de investigar seus limites históricos.

A vitória eleitoral de Lula em 2022 não interrompeu a reorganização da extrema direita. O bolsonarismo conservou sua presença social, ampliou sua influência parlamentar e desenvolveu condições para disputar novamente a Presidência, enquanto a esquerda institucional esteve fortemente vinculada à defesa do governo e à expectativa de contenção do neofascismo mediante a atuação das instituições republicanas. A diferença entre essas estratégias tem importância histórica diante da conjuntura. A extrema direita construiu condições para preservar sua atividade política durante a ausência de Jair Bolsonaro no Executivo, ao mesmo tempo que parcelas expressivas das organizações progressistas continuaram dependentes da trajetória de Lula. A construção de uma sucessão familiar no bolsonarismo também apresenta limites e contradições internas, mas sua eficácia eleitoral em 2026 aponta para a continuidade de um movimento que alcançou setores importantes da sociedade brasileira.

2. Flávio Bolsonaro e a reorganização política da extrema direita

A dimensão dessa ameaça se amplia quando examinamos os resultados parlamentares do cenário atual. O Partido Liberal elegeu 121 deputados federais, conquistou 19 cadeiras em disputa no Senado e deverá iniciar a próxima legislatura com uma bancada de 28 senadores. O fortalecimento conservador alcançou também os governos estaduais e os legislativos regionais, com a consolidação do bolsonarismo em unidades federativas economicamente estratégicas e a ampliação da presença institucional de partidos da direita tradicional. Esse fenômeno ilumina a capacidade dessas forças de articular sua influência eleitoral a estruturas da administração política e econômica da sociedade. Mesmo diante de uma eventual vitória de Lula, a nova composição do Congresso Nacional imporá dificuldades consideráveis à condução do governo e às organizações populares que pretendem defender direitos historicamente conquistados. A possibilidade de vitória de Flávio Bolsonaro, entretanto, acrescenta uma contradição grave: o fortalecimento simultâneo de uma liderança presidencial vinculada à extrema direita e de uma representação parlamentar capaz de sustentar parte importante de suas iniciativas.

A candidatura de Flávio Bolsonaro representa uma demonstração da capacidade de reprodução política de um movimento que sobreviveu à derrota presidencial de 2022, às investigações sobre a tentativa de golpe de Estado e à prisão de Jair Bolsonaro. Durante

os últimos anos, uma parcela expressiva das organizações progressistas depositou suas expectativas na atuação das instituições republicanas, especialmente no Supremo Tribunal Federal, como instrumento de contenção da extrema direita. A responsabilização criminal do ex-presidente teve consequências, mas a expansão eleitoral de seu campo político demonstra que a preservação da legalidade constitucional não resolveu as contradições sociais e institucionais responsáveis pelo crescimento do bolsonarismo. O movimento conservou relações com setores empresariais, organizações religiosas, agentes políticos e grupos sociais que reconhecem em suas lideranças uma alternativa para a direção do Estado.

A expressiva votação obtida por Flávio Bolsonaro no primeiro turno de 2026 coloca uma questão diante da desproporção entre sua trajetória política individual e a dimensão nacional da liderança que sua candidatura conseguiu reunir. Depois de quatro mandatos como deputado estadual no Rio de Janeiro e de sua eleição para o Senado em 2018, Flávio chegou à disputa presidencial sem experiência na administração do Executivo e sem um protagonismo histórico comparável ao de Lula, dirigente oriundo das grandes mobilizações operárias do final da ditadura, fundador do Partido dos Trabalhadores e presidente da República em diferentes períodos. A diferença entre essas trajetórias torna significativo o resultado eleitoral, que demonstra a capacidade de determinadas organizações e correntes políticas de reunir grandes parcelas da população em torno de candidaturas sustentadas por identificações coletivas, estruturas partidárias e expectativas sociais desenvolvidas ao longo de processos históricos anteriores.

A sucessão familiar no bolsonarismo é um elemento importante desse fenômeno, na medida em que o sobrenome Bolsonaro concentra uma identificação construída por meio de sucessivas campanhas eleitorais, conflitos institucionais, organizações conservadoras e redes de comunicação que conservaram sua atividade mesmo após a derrota presidencial de 2022. Flávio encontrou uma estrutura política relativamente consolidada, composta por dirigentes partidários, parlamentares, lideranças religiosas, organizações empresariais e comunicadores capazes de sustentar a continuidade do movimento, ao mesmo tempo que desenvolveu uma atuação voltada à ampliação de alianças com setores da direita tradicional. Sua experiência parlamentar e interlocução com diferentes dirigentes políticos favoreceram essa aproximação entre grupos interessados na recomposição de uma direção conservadora para o governo federal.

A especificidade dessa candidatura também se manifesta na tentativa de conciliar a fidelidade às principais bandeiras do bolsonarismo com uma apresentação pública mais moderada, construída por meio de uma linguagem institucional distinta daquela que caracterizou a atuação de Jair Bolsonaro. A defesa de alterações constitucionais, de mudanças no funcionamento do Judiciário e endurecimento da legislação penal demonstra, contudo, a continuidade de objetivos políticos vinculados à reorganização autoritária do Estado, agora articulados à promessa de maior capacidade administrativa e estabilidade governamental. Essa combinação encontra condições favoráveis na ampliação da representação conservadora no Congresso Nacional e na aproximação de partidos que identificam a candidatura como uma oportunidade de recuperar ou ampliar sua influência sobre a administração federal.

As articulações realizadas após o primeiro turno confirmam a capacidade de Flávio de reunir forças políticas anteriormente distribuídas entre candidaturas distintas, com destaque para o apoio do Republicanos, do Novo, Podemos e da federação União Brasil-Progressistas, além das manifestações favoráveis de lideranças como Tarcísio de Freitas, Romeu Zema e Ronaldo Caiado. O apoio da direção da Frente Parlamentar da Agropecuária demonstra, por sua vez, a convergência entre segmentos organizados do grande capital agrário e a perspectiva de um governo conservador. Essas aproximações não eliminam os conflitos entre os diferentes grupos envolvidos, mas indicam a existência de interesses econômicos e políticos capazes de sustentar acordos em torno da ocupação do Executivo federal e da orientação das políticas governamentais. A dimensão econômica da campanha também é fator que lhe confere vantagem. Os registros eleitorais divulgados até o início de outubro indicavam uma arrecadação superior a 70 milhões de reais para a candidatura de Flávio, provenientes de fundos públicos, estruturas partidárias e contribuições privadas, enquanto o investimento declarado em impulsionamento digital alcançava aproximadamente 9 milhões de reais, com forte concentração nas últimas semanas anteriores ao primeiro turno. A existência desses recursos integra a análise das condições materiais da disputa política diante da importância que a comunicação digital conquistou na organização do bolsonarismo. A concentração empresarial das plataformas, a profissionalização das campanhas e a atuação de redes de influenciadores estabelecem condições específicas para a circulação de discursos políticos, com consequências para a relação entre representantes, organizações e eleitores.

3. A classe trabalhadora, o conservadorismo e os limites da resistência popular

A dimensão mais complexa desse processo está na composição social do eleitorado conservador, na adesão de parcelas expressivas da classe trabalhadora. Os levantamentos divulgados pelo Datafolha durante a campanha indicaram vantagem de Flávio entre eleitores de renda familiar intermediária e entre evangélicos, além de uma presença significativa entre os segmentos mais pobres, nos quais Lula conservava a preferência majoritária. A heterogeneidade desse eleitorado recomenda cautela diante de explicações que atribuem sua orientação política exclusivamente à manipulação ideológica, ao conservadorismo religioso ou à oposição ao Partido dos Trabalhadores. A investigação precisa considerar as experiências concretas de trabalho, a insegurança econômica, o endividamento, a violência urbana e as relações estabelecidas pelos indivíduos com instituições religiosas, lideranças comunitárias, organizações políticas e meios de comunicação. A expansão do trabalho precarizado e das ocupações organizadas sob a ideologia do empreendedorismo acrescenta contradições à formação das identidades políticas contemporâneas, sobretudo quando trabalhadores submetidos a condições semelhantes de exploração desenvolvem expectativas divergentes acerca do Estado, dos direitos sociais e da organização coletiva. A identificação com discursos favoráveis à iniciativa individual, ao endurecimento penal e à autoridade política pode coexistir com reivindicações relacionadas à melhoria dos rendimentos, ao acesso a serviços públicos e à proteção social. Essas orientações resultam de experiências históricas e relações sociais que precisam ser examinadas concretamente, considerando também a capacidade das organizações conservadoras de estabelecer vínculos cotidianos com setores populares e de apresentar respostas imediatas a problemas que afetam suas condições de existência.

O crescimento eleitoral da direita ocorre, portanto, num contexto em que parcelas consideráveis da população experimentam dificuldades materiais persistentes e encontram nas instituições tradicionais da esquerda uma capacidade limitada de organização cotidiana. O PT como principal referência progressista, fortemente vinculada à liderança individual de Lula, contrasta com a expansão de uma direita que conseguiu desenvolver mecanismos de reprodução política e eleitoral relativamente independentes da presença de Jair Bolsonaro no Executivo.

O problema se agrava diante da fragilidade das organizações populares. As manifestações recentes de estudantes, professores e trabalhadores da educação representam uma reação importante ao resultado eleitoral, mas se concentram em

segmentos com limites consideráveis diante de uma ofensiva política mais ampla. A classe trabalhadora brasileira, submetida à fragmentação das relações de trabalho e ao enfraquecimento de seus instrumentos tradicionais de organização, enfrenta dificuldades para forjar uma força independente capaz de sustentar conflitos prolongados. A defesa da reeleição de Lula mobiliza setores expressivos da sociedade, mas também denuncia a dependência política de organizações progressistas em relação à continuidade de uma liderança cuja trajetória esteve vinculada à conciliação entre interesses antagônicos.

A extrema direita brasileira alcançou um estágio de fortalecimento eleitoral, parlamentar e social que amplia suas possibilidades de intervenção sobre o Estado, enquanto parcelas importantes da esquerda estão subordinadas às disputas institucionais e aos limites da representação burguesa. A eventual vitória de Flávio Bolsonaro poderá intensificar uma ofensiva contra as organizações dos trabalhadores, mas sua derrota eleitoral tampouco eliminará as condições históricas que sustentam esse movimento. A questão consiste em compreender como o bolsonarismo alcançou tamanha influência, quais relações favorecem seu avanço institucional e que condições efetivas existem para a construção de uma resistência popular capaz de sobreviver ao resultado das urnas.

A possibilidade de retorno do bolsonarismo à Presidência produziu um sentimento de vulnerabilidade entre parcelas expressivas da população identificadas com o campo progressista. Esse receio se fundamenta na experiência acumulada durante o governo de Jair Bolsonaro e no reconhecimento das condições institucionais mais favoráveis à extrema direita depois das eleições parlamentares de 2026. Entretanto, a insegurança também está relacionada à percepção de que as organizações populares disponíveis apresentam dificuldades para sustentar uma resistência prolongada diante de uma ofensiva política mais sistemática. A questão se manifesta com intensidade nas universidades. Depois do primeiro turno, estudantes e professores organizaram manifestações em diferentes cidades brasileiras, com destaque para a mobilização realizada no centro do Rio de Janeiro em 7 de outubro. Milhares de participantes ocuparam as ruas para expressar oposição à candidatura de Flávio Bolsonaro e defender as liberdades democráticas. A iniciativa se mostrou capaz de convocar e disposição de luta entre segmentos que reconhecem os riscos associados ao fortalecimento da extrema direita.

A importância histórica do movimento estudantil brasileiro também deve ser pensado. As universidades concentraram experiências relevantes de resistência durante a ditadura militar, participaram de mobilizações pela democratização e desempenharam papel significativo em diferentes conflitos sociais. A produção acadêmica também contribuiu para a elaboração de conhecimentos críticos sobre a sociedade brasileira mediante investigações relacionadas à exploração econômica, violência estatal e às desigualdades sociais. Entretanto, o reconhecimento dessa importância não elimina os limites políticos da resistência concentrada no setor educacional. As universidades integram a estrutura institucional do Estado e dependem de mecanismos administrativos, orçamentários e jurídicos que interferem diretamente nas condições de organização de seus trabalhadores e estudantes. Parte significativa das entidades representativas mantém relações históricas com partidos e organizações sindicais vinculadas à administração estatal, circunstância que pode condicionar suas estratégias e limitar a independência das mobilizações.

A assembleia de docentes da Universidade Federal Fluminense realizada em 8 de outubro oferece um exemplo concreto dessa relação. A categoria deliberou pelo apoio à candidatura de Lula no segundo turno, ao mesmo tempo que aprovou uma agenda de mobilizações e incentivou a realização de plenárias nos diferentes campi. A decisão expressa o reconhecimento da gravidade da conjuntura, mas também demonstra a centralidade da disputa eleitoral na orientação imediata da organização sindical. Há, contudo, outra contradição. As instituições universitárias reúnem pesquisadores dedicados ao estudo do fascismo, da desigualdade social e dos mecanismos históricos da dominação capitalista, mas a elaboração intelectual desses problemas não resulta necessariamente em participação política organizada. A burocratização da atividade acadêmica, a pressão produtivista e a fragmentação das relações profissionais podem favorecer uma distância considerável entre o reconhecimento teórico da gravidade política e a disposição coletiva de reorganizar a rotina institucional diante dos conflitos sociais. Essa situação não autoriza uma condenação generalizada de professores e pesquisadores, muitos dos quais desenvolvem atividades políticas relevantes e participam diretamente de organizações populares. Entretanto, demonstra que a existência de conhecimento crítico no interior das universidades não assegura sua incorporação à prática social. A produção intelectual pode alcançar elevado nível de sofisticação

enquanto as relações institucionais continuam subordinadas às prioridades administrativas e profissionais que organizam a vida acadêmica.

É preciso, no entanto, ampliar a resistência para além dos setores universitários. A classe trabalhadora brasileira experimentou transformações nas últimas décadas, mediante a expansão da terceirização, da informalidade e do trabalho subordinado às plataformas digitais e essas relações modificaram as experiências cotidianas de organização contribuindo para enfraquecer determinados mecanismos tradicionais de solidariedade coletiva. As manifestações estudantis podem estimular processos importantes de reorganização política entre gerações que tiveram experiências limitadas de participação em grandes movimentos populares. Sua eficácia histórica, entretanto, dependerá da capacidade de estabelecer relações com categorias profissionais, associações territoriais e organizações comunitárias que atuam fora do ambiente universitário.

Há uma diferença material entre a visibilidade de uma manifestação e sua capacidade de interferir na reprodução econômica da sociedade. Mobilizações concentradas em determinadas instituições podem produzir repercussão pública, mas encontram dificuldades para sustentar conflitos quando isoladas de trabalhadores organizados em outros setores. A interrupção coletiva de atividades produtivas, a organização nos locais de trabalho e a articulação entre categorias profissionais ampliam as possibilidades de intervenção social diante de governos pouco dispostos à negociação. O problema estratégico é compreender como a disposição de luta demonstrada por estudantes e professores poderá contribuir para uma reorganização mais ampla das relações entre trabalhadores. A defesa da universidade pública tem maior densidade política quando vinculada às condições de vida das populações que sustentam essas instituições, inclusive daquelas excluídas do ensino superior.

A fragilidade dessa articulação contribui para explicar o sentimento de vulnerabilidade que acompanha a conjuntura. A extrema direita demonstrou capacidade de organização eleitoral, influência social e expansão parlamentar, enquanto a resistência mais visível se concentra em segmentos que encontra obstáculos para sustentar uma ofensiva de maior amplitude. O risco gira em torno de transformar a mobilização atual numa resposta estritamente eleitoral que para ter continuidade dependa da vitória ou derrota de Lula em 25 de outubro.

4 - O fascismo e as particularidades da sociedade brasileira

A análise do fascismo demanda uma investigação histórica de suas condições de formação, de seus vínculos com o desenvolvimento capitalista e das relações políticas que favorecem a mobilização reacionária. O emprego indiscriminado do conceito utilizado para designar qualquer manifestação de autoritarismo ou conservadorismo, dificulta a identificação de suas características específicas[4]. Entretanto, o cuidado conceitual também não pode funcionar como obstáculo ao reconhecimento de processos históricos concretos nos quais movimentos de extrema direita ampliam sua capacidade de mobilização social, legitimam a violência política e conquistam posições institucionais favoráveis à repressão das organizações trabalhadoras.

Em Introdução ao fascismo, Leandro Konder, que considera o fascismo "um dos fenômenos políticos mais significativos do nosso século", desenvolve sua interpretação a partir das contradições do capitalismo monopolista e das condições históricas que favoreceram a reorganização da direita radical no século XX. Sua análise identifica no fascismo um movimento político anticomunista, vinculado à preservação das relações capitalistas de propriedade, capaz de mobilizar setores populares mediante uma linguagem de contestação à ordem existente. Essa capacidade de elaborar ideologicamente as insatisfações sociais é importante para compreender a expansão contemporânea do bolsonarismo. O movimento fascista não depende de uma população inteiramente satisfeita com o capitalismo; sua intervenção política encontra possibilidades precisamente nas crises que comprometem a legitimidade das instituições e alimentam expectativas de transformação social. O conteúdo dessa transformação, entretanto, está subordinado à preservação da propriedade privada e à reorganização das relações de dominação.

A experiência brasileira apresenta particularidades que impedem sua identificação imediata com os movimentos fascistas europeus. José Chasin, em O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio, publicado em 1978, demonstra a importância de investigar as especificidades do capitalismo brasileiro antes

[4] "Nem todo movimento reacionário é fascista. Nem toda repressão – por mais feroz que seja – exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou casta é fascista. O conceito de fascismo não se deixa reduzir, por outro lado, aos conceitos de ditadura ou de autoritarismo." Konder, Leandro. Introdução ao Fascismo, 1977.

de estabelecer equivalências entre manifestações ideológicas historicamente distintas. Sua crítica à caracterização automática do integralismo como fascismo brasileiro decorre da investigação das condições materiais que sustentaram o pensamento de Plínio Salgado, com atenção a formação tardia e subordinada do capitalismo nacional. A regressividade integralista precisava ser compreendida dentro das contradições de uma sociedade marcada pela herança colonial, assim como da centralidade da propriedade agrária e ausência de uma transformação burguesa equivalente àquela experimentada pelas principais potências europeias.

A contribuição de Chasin é fundamental para a investigação contemporânea, embora o Brasil de 2026 apresente condições econômicas diferentes daquelas existentes durante a ascensão integralista. Fatores como o desenvolvimento industrial, a urbanização, a financeirização da economia e a expansão das tecnologias digitais modificaram as relações sociais, os mecanismos de dominação e as possibilidades de organização política. A concentração da propriedade, da dependência econômica e de uma estrutura estatal coercitiva, entretanto, demonstra que a modernização capitalista brasileira conservou fundamentos históricos de desigualdade e autoritarismo.

A formação do Estado burguês brasileiro também precisa ser compreendida a partir da incorporação das classes dominantes aos mecanismos de modernização econômica, sem que isso tenha resultado na destruição das relações sociais responsáveis pela exploração e subordinação política dos trabalhadores. A expansão do capitalismo ocorreu mediante transformações produtivas acompanhadas pela preservação de estruturas repressivas e participação do Estado na organização dos interesses empresariais. A democratização política ampliou direitos e estabeleceu garantias constitucionais, mas a concentração do poder econômico continuou a condicionar a experiência social da população.

José Paulo Netto acrescenta elementos importantes a essa investigação ao relacionar a ofensiva conservadora às contradições do capitalismo contemporâneo e às dificuldades históricas das organizações trabalhadoras. Em entrevista concedida a Milton Pinheiro, publicada em maio de 2021, Netto examinou o fortalecimento da extrema direita brasileira a partir de sua relação com a crise capitalista internacional e com as consequências políticas da conciliação de classes praticada pelos governos petistas. Naquela ocasião, advertiu também contra a identificação automática entre os milhões de eleitores de Bolsonaro e militantes fascistas organizados, distinção fundamental para

compreender a composição social heterogênea do movimento. O apoio eleitoral a uma candidatura reacionária não significa necessariamente a adesão integral de seus eleitores a um programa fascista. Entretanto, a legitimidade conferida por milhões de votos pode ampliar substancialmente a capacidade de atuação das organizações que defendem esse programa. Aqui, destaco um dos pontos fundamentais da entrevista de Netto (2021):

> Ao contrário do que alguém já disse, nas sociedades capitalistas, as lutas de classes não tiram férias. Desenvolvem-se muito irregularmente e nunca de forma linear – às vezes aberta e espetacularmente, outras vezes subterrânea e discretamente. E, com frequência, sem se expressar no nível especificamente político. Mas estão sempre – insista-se: sempre – operantes. São vetores reais e objetivos nas organizações societárias regidas pelo capital – a sua efetividade não depende da vontade dos sujeitos políticos, ainda que deles dependa a sua direção e, em boa medida, o seu desenlace.

O bolsonarismo reúne segmentos sociais diferentes, cujas motivações políticas não são homogêneas, mas sua direção estabelece relações concretas com o anticomunismo, o militarismo, o nacionalismo conservador e a hostilidade contra organizações populares independentes.

A caracterização do movimento precisa considerar ainda sua inserção histórica. O fascismo europeu alcançou o governo mediante uma combinação de violência política, colaboração de setores conservadores tradicionais e utilização de procedimentos institucionais reconhecidos. A nomeação de Hitler para a chancelaria alemã em 1933 e a ascensão de Mussolini ao governo italiano em 1922 demonstram a importância das alianças estabelecidas entre movimentos reacionários e representantes da ordem burguesa. A violência contra organizações operárias integrou esses processos antes da conquista do poder e teve dimensões muito superiores depois dela. A legalidade, portanto, participou da reorganização dos Estados, mesmo quando os movimentos fascistas atuaram simultaneamente por intermédio de práticas extralegais.

No Brasil, a extrema direita dispõe de relações importantes com setores parlamentares, agentes policiais, lideranças religiosas e organizações empresariais ao passo em que constrói bases sociais populares e se infiltra nas expressões artísticas e culturais. O bolsonarismo desenvolveu também uma infraestrutura própria de comunicação e consolidou vínculos com segmentos da população que reconhecem em suas lideranças representantes legítimos de determinadas expectativas sociais. Essas características indicam tendências de fascistização, mas não autorizam a identificação automática entre a conjuntura brasileira e os regimes europeus do século XX. A questão

fundamental se relaciona à composição histórica da dominação burguesa nacional. A expansão conservadora encontra um Estado que preservou, mesmo depois da Constituição de 1988, estruturas coercitivas enraizadas na vida social. A repressão contra trabalhadores, a violência policial nas periferias e a criminalização de movimentos populares integram relações historicamente estabelecidas, sobre as quais uma eventual administração bolsonarista poderá atuar com recursos institucionais ampliados.

5 - Os sinais concretos de uma disposição repressiva

A análise da extrema direita brasileira precisa investigar as condições efetivas de intensificação dos conflitos políticos. A existência de discursos reacionários é uma dimensão importante, mas a demonstração de uma disposição concreta para o enfrentamento depende da identificação de práticas, organizações e iniciativas que interferem diretamente na liberdade de atuação dos adversários. Os acontecimentos registrados depois do primeiro turno revelam um ambiente de tensão grave nas instituições de ensino. Em 8 de outubro, a Universidade Federal Fluminense encaminhou à Polícia Federal denúncias de ameaças contra estudantes e instalações universitárias. As mensagens mencionavam a possibilidade de incendiar a instituição e agredir participantes de manifestações políticas. A universidade solicitou providências aos órgãos competentes e adotou medidas internas de proteção, diante do receio de episódios de violência contra integrantes da comunidade acadêmica.

A gravidade da conjuntura também se manifesta em episódios de intimidação política contra estudantes, professores e eleitores identificados com a esquerda. Em Arapiraca, no interior de Alagoas, um grupo de apoiadores de Flávio Bolsonaro entrou no campus da Universidade Federal de Alagoas, em veículos identificados com a candidatura, e tentou retirar cartazes críticos ao candidato e ao seu vice, Alfredo Gaspar. A intervenção de uma professora provocou um confronto verbal com os integrantes do grupo, enquanto a universidade solicitou providências às autoridades responsáveis pela segurança e investigação do episódio. A situação teve contornos ainda mais preocupantes diante do incêndio de grandes proporções que atingiu a Universidade Federal de Pernambuco, no Recife, na noite de 7 de outubro, destruindo laboratórios, equipamentos e acervos científicos acumulados ao longo de décadas, com prejuízos preliminarmente estimados em 100 milhões de reais. O acontecimento ocorreu após relatos de ameaças

contra estudantes e instalações universitárias, algumas delas acompanhadas de referências à candidatura de Flávio Bolsonaro, circunstâncias que motivaram pedidos de investigação sobre uma possível origem criminosa, ainda sem comprovação pericial. A Universidade Federal Fluminense, em Niterói, também encaminhou à Polícia Federal mensagens divulgadas em grupos identificados com o bolsonarismo que mencionavam planos de incendiar instalações universitárias e agredir estudantes envolvidos em manifestações políticas. A sucessão desses acontecimentos provocou a reação do Ministério da Educação e de entidades representativas da comunidade acadêmica, diante do crescimento das ameaças à integridade física de estudantes, docentes e trabalhadores das universidades.

A intimidação política alcançou também brasileiros residentes no exterior, com a divulgação de informações pessoais de eleitores de Lula e o incentivo a denúncias perante autoridades estrangeiras, inclusive mediante ameaças de deportação. Na Polônia, um parlamentar europeu publicamente vinculado ao campo bolsonarista participou da exposição de duas brasileiras identificadas com a candidatura petista, episódio que evidencia a dimensão internacional dessas articulações conservadoras. A ausência de comprovação de orientações diretas da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro para a execução dessas iniciativas é uma distinção necessária à apuração das responsabilidades individuais e institucionais, mas está longe de encerrar sua interpretação política. A reprodução de práticas autoritárias depende também de relações sociais, referências ideológicas e mecanismos de identificação coletiva por meio dos quais militantes e simpatizantes reconhecem determinadas condutas como legítimas, mesmo na ausência de comandos explícitos de suas lideranças. A responsabilidade política dos dirigentes conservadores precisa ser examinada, portanto, em relação aos discursos que difundem, às organizações com as quais estabelecem vínculos e às atitudes que adotam diante da violência praticada por seus apoiadores. Esses episódios indicam a existência de setores radicalizados dispostos a utilizar a intimidação e a ameaça como instrumentos de intervenção política, comprometendo as condições de participação pública de seus adversários e ampliando os riscos enfrentados pelas organizações populares numa conjuntura de fortalecimento da extrema direita.

A importância desses acontecimentos reside nas relações que podem estabelecer com o ambiente político criado pelo fortalecimento eleitoral bolsonarista. Determinados grupos interpretam a expectativa de vitória conservadora como legitimação para interferir diretamente na atividade de seus adversários. A intimidação de estudantes, a tentativa de

remover manifestações políticas e a exposição pública de opositores indicam uma disposição para restringir liberdades que estão além da disputa argumentativa. A retórica repressiva também tem posição relevante na campanha de Flávio Bolsonaro. Neste 10 de outubro, durante atividade eleitoral em São Gonçalo, o candidato reiterou propostas de endurecimento penal, defendeu a redução da maioridade penal para 16 anos e prestou continência a policiais militares presentes no evento. A aproximação pública com integrantes das corporações policiais integra uma linguagem política que relaciona autoridade estatal, segurança e ampliação das punições.

Essa orientação encontra correspondência em uma sociedade marcada pela naturalização da violência policial. A repressão contra trabalhadores e populações periféricas integra práticas historicamente perpetradas pelo Estado brasileiro, que não depende exclusivamente da presença da extrema direita no governo. Entretanto, a ascensão de lideranças que legitimam publicamente o endurecimento coercitivo pode ampliar a influência de setores interessados em intensificar essas políticas. Um episódio recente em Niterói contribui para compreender a profundidade dessas contradições. Em setembro de 2026, o trabalhador Danilo Jander Francisco Alves morreu depois de ser baleado na cabeça por um policial militar durante uma abordagem em Icaraí. Sua morte provocou indignação e mobilizações em defesa da responsabilização do agente, expondo novamente a violência policial como realidade concreta na vida de trabalhadores que dependem das ruas para garantir sua sobrevivência. O episódio também suscita uma questão relacionada à influência conservadora entre segmentos de motociclistas e entregadores da região. A aproximação política de determinados trabalhadores com lideranças como Douglas Gomes e Carlos Jordy, ambos vinculados ao Partido Liberal, requer investigação específica, sobretudo diante da defesa de políticas de segurança que valorizam o fortalecimento da autoridade policial. A extensão dessa aproximação não pode ser generalizada para toda a categoria sem documentação correspondente, mas sua existência como problema político ilumina uma contradição importante que é quando a experiência cotidiana da exploração e da violência estatal coexiste com identificações ideológicas favoráveis ao endurecimento repressivo.

A compreensão dessa relação depende das condições concretas de vida dos trabalhadores. As jornadas extensas, a instabilidade econômica e a insegurança profissional não produzem espontaneamente uma consciência antagônica ao capital. A extrema direita desenvolveu capacidade de conferir sentido político a determinadas

experiências sociais mediante a valorização do esforço individual, a defesa da propriedade e a promessa de restauração da autoridade. A identificação com representantes conservadores pode expressar expectativas de proteção e estabilidade, mesmo quando as políticas defendidas por essas lideranças favorecem estruturas responsáveis pela reprodução da desigualdade. O problema da fascistização precisa ser compreendido dentro dessas relações sociais. A disposição repressiva de determinados grupos encontra condições favoráveis quando discursos reacionários conquistam legitimidade pública, quando as organizações populares apresentam fragilidades e quando parcelas dos aparelhos estatais reconhecem vantagens na colaboração com forças reacionárias.

6 - O que pode acontecer com uma vitória de Flávio Bolsonaro?

A possibilidade de vitória de Flávio Bolsonaro precisa ser examinada a partir das condições institucionais concretas que encontrará em 2027. O fortalecimento parlamentar conservador cria oportunidades políticas importantes, mas a implementação de seu programa dependerá das negociações entre partidos, das condições econômicas e da capacidade de resistência social, elemento este fundamental que em sua ausência facilitará o fortalecimento ultra-conservador e a implementação das suas políticas econômicas principalmente. Um primeiro cenário envolve a reorganização das relações entre Executivo e Congresso. A formação de uma coalizão conservadora poderá favorecer a aprovação de reformas administrativas, medidas econômicas orientadas à ampliação da participação empresarial e alterações na legislação penal. A direção dessas iniciativas dependerá dos compromissos estabelecidos com partidos aliados e dos interesses representados pelas diferentes bancadas, com atenção aquelas vinculadas ao agronegócio, ao setor financeiro e organizações empresariais. A composição do Supremo Tribunal Federal também será objeto de disputa. A ampliação da bancada conservadora no Senado favorece pressões sobre a Corte, propostas de alteração de suas competências e de iniciativas relacionadas à responsabilização de ministros. A possibilidade de futuras nomeações presidenciais acrescenta uma dimensão importante à reorganização institucional, embora a composição do tribunal não possa ser modificada livremente pelo Executivo.

Na segurança pública, o programa apresentado por Flávio indica a possibilidade de intensificação das políticas de encarceramento e endurecimento penal. A classificação de facções criminosas como organizações narcoterroristas, a redução da maioridade penal e a expansão das unidades prisionais integram uma orientação que valoriza a ampliação do poder coercitivo do Estado. Suas consequências precisam ser avaliadas diante de uma sociedade na qual a repressão policial se concentra sobre determinados segmentos da classe trabalhadora. Já as universidades poderão enfrentar novas disputas relacionadas ao financiamento, autonomia administrativa e orientação das políticas educacionais, assim como a criminalização direta do movimento estudantil. A defesa de escolas cívico-militares e a possibilidade de alterações nas prioridades orçamentárias indicam pontos de conflito. Entretanto, a efetiva implementação dessas iniciativas dependerá das decisões governamentais e das relações estabelecidas com o Congresso e os governos estaduais.

Há ainda a possibilidade de aprofundamento das pressões sobre organizações populares diante de políticas que ampliem a criminalização dos protestos ou restrinjam determinadas atividades associativas. Essa hipótese encontra fundamentos no histórico do primeiro governo Bolsonaro e nas manifestações de segmentos de seus apoiadores. A experiência internacional demonstra que governos de extrema direita podem combinar procedimentos eleitorais regulares com iniciativas graduais de concentração de poder. A reorganização das instituições ocorre mediante disputas legislativas, alterações administrativas e conflitos em torno da aplicação das garantias constitucionais. A violência política pode integrar esse processo, mas suas características concretas dependem das relações estabelecidas entre movimentos sociais, governos e aparelhos repressivos.

Uma vitória de Flávio Bolsonaro poderá modificar a correlação de forças, sobretudo se sua administração conseguir estabelecer alianças duradouras com setores tradicionais da burguesia e conquistar influência ampliada sobre mecanismos de controle institucional. Entretanto, a intensidade de uma eventual ofensiva também dependerá das resistências encontradas e das contradições internas do bloco conservador. O ponto decisivo está na possibilidade de que a extrema direita utilize sua legitimidade eleitoral para aprofundar a influência sobre o Estado, ampliando progressivamente os recursos necessários à contenção dos adversários políticos. A história do fascismo demonstra a importância desse processo.

O fortalecimento conservador também alcançou as disputas pelas presidências da Câmara e do Senado. O favoritismo eleitoral de Flávio Bolsonaro estimulou novas negociações entre o PL e partidos tradicionalmente vinculados ao chamado Centrão, com consequências potenciais para a permanência de Hugo Motta e Davi Alcolumbre nas direções das respectivas Casas. O controle dessas posições interfere diretamente na definição da pauta legislativa, na tramitação de propostas e na organização das relações entre Executivo e Congresso. A eventual vitória de Flávio Bolsonaro poderia reunir, portanto, condições institucionais favoráveis à implementação de parte de seu programa político. Entretanto, seria inadequado imaginar que a ampliação parlamentar conservadora resultaria automaticamente em um governo sem contradições internas. As relações entre partidos burgueses são condicionadas por disputas econômicas, interesses regionais e negociações relacionadas à distribuição de recursos públicos. O próprio bolsonarismo reúne segmentos diferentes, cujas expectativas nem sempre coincidem com aquelas defendidas por representantes tradicionais das classes dominantes.

A possibilidade de colaboração entre essas forças, contudo, é um ponto sensível. O fascismo histórico demonstrou que setores conservadores podem contribuir para a ascensão de movimentos dessa natureza mesmo sem compartilhar integralmente seus objetivos ideológicos. A perspectiva de estabilidade política, contenção das organizações operárias e preservação das relações capitalistas pode favorecer alianças entre grupos que anteriormente mantinham conflitos. A convergência de interesses não elimina as disputas internas, mas cria condições para iniciativas comuns contra adversários identificados como ameaças à ordem existente. Essa possibilidade precisa ser examinada diante das propostas apresentadas por Flávio Bolsonaro. Seu programa eleitoral prevê modificações na legislação penal, ampliação da infraestrutura prisional, expansão de escolas cívico-militares e alterações em regras relacionadas ao funcionamento do Judiciário. Na economia, defende a redução de despesas administrativas, a retomada de privatizações e reformas orientadas à ampliação da participação empresarial. O candidato também promete preservar programas sociais existentes, aspecto que demonstra a preocupação de sua campanha em conquistar legitimidade entre trabalhadores dependentes dessas políticas. Há combinação entre preservação seletiva de benefícios sociais, defesa do investimento privado e endurecimento repressivo.

O Estado burguês apresenta, portanto, uma contradição que a esquerda institucional frequentemente encontra dificuldades para enfrentar. As garantias jurídicas podem ser fundamentais para preservar liberdades políticas e proteger organizações populares diante de ameaças concretas. Sua existência, entretanto, não substitui a capacidade social de resistência dos trabalhadores. A proteção institucional dos direitos depende também das relações políticas que sustentam sua aplicação e da força coletiva daqueles que necessitam dessas garantias para preservar suas condições de organização.

Referências centrais para a leitura

KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

CHASIN, José. O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

Arquivo Internet Marxista

NETTO, José Paulo. Pequena história da ditadura brasileira (1964–1985). São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. Entrevista do Momento, concedida a Milton Pinheiro, 12 de maio de 2021. Partido Comunista Brasileiro.

Sobre o autor
Arthur Moura é historiador, cineasta, músico e pesquisador. Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Educação pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ e graduado em História pela UFF. Realizador de quase trinta filmes autorais, desenvolve pesquisas sobre cinema político independente, luta de classes, Estado, cultura e comunicação popular. Sua produção intelectual e audiovisual articula a crítica marxista da sociedade capitalista à investigação histórica das relações de dominação, das organizações políticas e experiências de resistência dos trabalhadores. É responsável pelo Canal Arthur Moura, espaço independente de produção audiovisual, análise política e debate crítico.